



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e Opressões no capitalismo

O movimento Escola Sem Partido e o atual autoritarismo neoconservador

Alessandro da Silva Guimarães¹

Vinicius Querzone de Oliveira Sousa²

Resumo: Este artigo busca compreender a criação e o funcionamento do movimento “Escola Sem Partido” a partir da lógica política autoritária e reacionária instaurada por grupos políticos neoconservadores que alcançaram força política e apoio social massivo nas últimas duas décadas no Brasil e no mundo. Propomos uma análise bibliográfica crítica e reflexiva sobre o tema e, sobretudo a partir das pesquisas de Resende e Faria (2023) e de Gaudêncio Frigotto (2017) sobre o funcionamento do Escola Sem Partido e o impacto do neoconservadorismo na educação brasileira hoje, concluímos que o ESP em *seu modus operandi* se constitui a partir de lógica violenta, controladora e punitiva dirigida especialmente a docentes progressistas que questionam a realidade social que vivemos.

Palavras-chave: escola sem partido; conservadorismo; educação; censura.

The “Escola Sem Partido” movement and current neoconservative authoritarianism

Abstract: This article seeks to understand the creation and functioning of the movement “Escola Sem Partido” based on the authoritarian and reactionary political logic established by neoconservative political groups that have gained political strength and massive social support in the last two decades in Brazil and around the world. We propose a critical and reflective bibliographical analysis on the subject and, above all based on the research of Resende and Faria (2023) and Gaudêncio Frigotto (2017) on the functioning of the “Escola Sem Partido” and the impact of neoconservatism on Brazilian education today, we conclude that its *modus operandi* is constituted from a violent, controlling and punitive logic directed especially at progressive teachers who question the social reality we’re living.

Keywords: Escola Sem Partido; Conservatism; education; Censorship

Introdução

Nosso objetivo inicial nesta introdução é analisar historicamente o contexto em que vivemos para entendermos o papel que o movimento Escola Sem Partido tem diante do conservadorismo reacionário e violento no cenário contemporâneo. Assim, constata-se que um dos elementos da lógica neoliberal é a obtenção total de informação através da vigilância contínua e do acesso imediato a toda comunicação, o que foi facilitado pelo controle via algoritmos de forma nunca vista antes; outro pilar advindo da mesma lógica

¹ Doutor em Educação e pós-doutorando em Psicologia institucional (PPGPSI/UFES) Email: alessandro2210@gmail.com

² Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS/UFES). Email: vinicius.querzone@gmail.com

é a erradicação de toda minoria ativa com potencial de sedição e sublevação. As populações que vivem sob os choques neoliberais passam por silenciamento da sua capacidade de organização e padecem de certa domesticação psíquica que as levam a aderir ao jogo ideológico que incide na sua própria servidão (SAFATLE, 2026).

Para Safatle (2026), os autoritarismos da contemporaneidade são versões de um fascismo global que aparece como resposta a um contexto e um horizonte de crises estruturais do capitalismo. Essas crises perpassam a dimensão ecológica, demográfica, social, econômica, política, psíquica e epistêmica; e são nomeadas pelo autor como “crises conexas”, pois se retroalimentam, estão imbricadas e conectadas.

Notadamente, a ideologia neoliberal que vem sendo abertamente defendida com intensidade cada vez maior hoje, especialmente com o discurso da meritocracia individualizante, tão propagado socialmente, e que estão alicerçado nos princípios do mercado financeiro como o centro de poder e de decisões no mundo atual, juntamente com a mercantilização da existência humana que hoje, no século XXI vem com o rótulo de empreendedorismo e um individualismo cada vez mais voraz e massificante, irão possibilitar uma aliança entre a moral conservadora e os processos predatórios de um capitalismo financeiro que vive uma crise única na história, produzindo uma pedagogia que valorize e legitime a atual classe dirigente (FORTI; CUNHA; PEQUENO, 2024).

O movimento neoconservador no Brasil e no mundo tornou-se hoje central dentro do jogo político e das dinâmicas sociais produzidas no início deste novo milênio. Movimentos reacionários ultraconservadores de direita vem se consolidando e elegendo governos em várias partes do mundo. Victor Orbán, na Hungria, Trump, nos EUA, Javier Milei, na Argentina e Jair Bolsonaro, no Brasil são exemplos emblemáticos de representatividade do neoconservadorismo que demarcou e demarcam a situação política mundial (ROBAINA, 2025). Diversas forças da extrema direita surgiram se fortaleceram e se consolidaram no contexto de exacerbação das políticas neoliberais e – também – como reflexo dos desdobramentos da crise econômica de 2008, a exemplo do movimento

Tea Party nos EUA³, Chega⁴ em Portugal e Vox⁵ na Espanha (Robaina, 2025).

Se de um lado temos a crise econômica de 2008 como elemento que antecede e pavimentava o percurso de crescimento das direitas no mundo, por outro lado temos a frustração das massas com governos de esquerda, centro-esquerda e do campo democrático-popular reagindo contra a governança de Obama nos EUA, do peronismo na Argentina e do lulismo no Brasil (ROBAINA, 2025). A forma com que o segmento democrático-popular foi conduzindo suas gestões (aplicando planos de ajustes semelhantes aos partidos conservadores) deixando ser domesticado pelo capital teve consequências devastadoras para todo o conjunto da sociedade – sobretudo as classes mais subalternizadas – a nível global.

Na esteira da crise de 2008, ainda não superada, surgem as pressões da classe dominante – insatisfeita com os acenos dos governos progressistas e sua mediação na perspectiva da conciliação de classes e da contradição entre o compromisso com os trabalhadores e os interesses do capital – para impor regimes autoritários e estabelecer um conjunto de ataques a própria democracia burguesa (ROBAINA, 2025).

Ainda segundo Robaina (2025) a extrema direita é um fenômeno mundial em crescimento, produto da crise do capitalismo, das frustrações com a democracia liberal e, mesmo com os governos chamados progressistas, tal fenômeno apresenta caráter duradouro e persistente na conjuntura mundial; o maior perigo para a humanidade de modo geral é a ascensão da extrema direita ao poder, justamente o que tem ocorrido

³Tea Party surgiu em 2009, protestando contra gastos sociais do governo dos EUA. A reforma da saúde proposta por Obama levou o movimento às ruas. "Eu fico com a liberdade, o dinheiro e as armas. Vocês ficam com a mudança", diz um dos adesivos mais populares nos comícios do Tea Party (O Globo, 2013).

⁴O partido de direita "Chega", liderado por André Ventura, nasceu em 2019 e, em apenas seis anos, tornou-se um dos principais protagonistas da política portuguesa. Ventura também mira a educação e a cultura, defendendo o ensino de valores tradicionais e a rejeição do que chama de "doutrinação ideológica" nas escolas. Em suas palavras, "na Assembleia da República há só uma bandeira: a de Portugal". Em seu manifesto de fundação, o Chega destaca o combate ao marxismo cultural, rejeita a ideologia de gênero e defende o fim do domínio das elites políticas que, segundo a sigla, governam Portugal desde a redemocratização (LUCAS, 2025).

⁵ Partido conservador de extrema direita da Espanha. O Vox foi fundado no final de 2013 e começou sua jornada concorrendo nas eleições europeias de 2014. [...] uma das reivindicações do Vox seria a rejeição da imigração, enquanto no plano moral próximo ao tradicionalismo extremo, inspirado pelos valores católicos mais tradicionais, encontramos o anti-feminismo, a homofobia, o anti-aborto, os valores familiares tradicionais. Uma referência importante ligada a explicações economicistas seria a longa recessão que começou no final de 2007 e durou quase uma década. A referência cultural mais geral seria a forte expansão nos últimos anos dos valores relacionados à pós-modernização e ao pós-materialismo, incluindo o avanço do feminismo, a tolerância à homossexualidade e modelos familiares não tradicionais (MENÉNDEZ, 2021, p.80).

mundo a fora: Giorgia Meloni na Itália, Marcos Jr. nas Filipinas, Norendra Modi na Índia, AFD na Alemanha, Nayib Bukeli em El Salvador.

No Brasil contemporâneo, a extrema direita, expressa na força política do bolsonarismo, ameaça voltar ao poder trazendo consigo seus projetos econômicos, políticos e sociais de enfrentamento aos interesses populares com implantação de programas ultra neoliberais. No escopo dos planos de governo bolsonarista para educação, propostas advindas do Movimento Escola Sem Partido ganha força e pode voltar a ameaçar o ensino democrático no interior da educação brasileira.

O Escola Sem Partido no contexto neoliberal e conservador

O movimento Escola Sem Partido (ESP) assume uma importância estratégica no sentido de partilhar toda uma ideologia que, no fim, produz uma aliança entre as forças morais conservadoras que em tese justificam comportamentos de ataques e perseguição a docentes que propõem um pensamento crítico ao próprio sistema e, ao mesmo tempo, produzem uma erosão do próprio sistema escolar em seu interior, fazendo questionar o próprio sentido da escola e da sua importância social e, assim, abrindo espaço para sua privatização e ocupação por grupos empresariais que focam num ensino robótico e acrítico. Como mostram Resende e Faria (2023) o ESP busca questionar a eficiência e importância do próprio Estado nas políticas educacionais, descredibilizando-as, e, assim, abrindo espaço para o controle da escola por diferentes grupos sociais que se apropriam deste espaço a partir de interesses individualistas e privados. Ressaltamos ainda que a lógica militarista, dentro dos preceitos ultraconservadores atuais, é extremamente valorizada, produzindo a sensação de ordem e controle tão necessárias no processo de assujeitamento.

Devemos destacar, todavia, que este modelo de escola, pautado numa lógica conservadora e altamente repressora, tem uma longa tradição histórica na história da educação brasileira. O atual discurso da disciplinarização nas escolas, que se confunde com a lógica militarista, apresenta-se de forma recorrente desde a Escola Imperial do Rio de Janeiro (MASCARENHAS; SILVA, 2020). A ideologia aqui impregnada traz um discurso que descaracteriza o próprio trabalho docente, entendido em seu aspecto crítico e emancipatório, transplantando em seu lugar uma determinada lógica que busca “padronizar”, e que, em última instância pode ser entendida enquanto “[...] reguladora

de subjetividade e identidade, de corpos, com o discurso centrado na moralidade, apreciadora de uma educação aplicacionista e estéril.” (MASCARENHAS; SILVA, 2020, p. 4). No fim, temos o poder do próprio Estado liberal que ainda usa a pedagogia militar enquanto instrumento de controle objetivo e subjetivo, buscando impedir um maior protagonismo intelectual dos próprios docentes e discentes o que, por sua vez, poderia gerar críticas mais profundas ao próprio sistema escolar e ao sistema político que o sustenta.

Destacamos que o movimento Escola Sem Partido surge ainda em 2004, liderado pelo advogado Miguel Francisco Urbano Nagib, na tentativa de denunciar possíveis “abusos” de professores progressistas que, em suas práticas docentes, questionassem os valores conservadores defendidos tanto pela elite brasileira quanto pelas classes médias que neles se espelham e buscam, em grande medida, conquistas individualistas, fundadas no prestígio e ascensão baseados no consumo e não numa sociedade mais equânime e justa (CHAUI, 2013). Assim, claramente amparados numa visão classista, excludente e pautada na vigilância e no controle social, o Escola Sem Partido tem como objetivo central, como explicita Resende e Faria (2023):

[...] combater o que se denomina por “doutrinação ideológica” nas escolas, conceito utilizado por seus adeptos para denominar as práticas de ensino de educadores que supostamente se aproveitam do exercício da função de ensinar para inculcar nos alunos suas concepções normativas e políticas. O objetivo central de seu ativismo seria, portanto, vedar a abordagem, em sala de aula, de conteúdos considerados como progressistas. (p. 02)

Aqui podemos ver que existe uma clara desqualificação do espaço escolar entendido enquanto um espaço que pode propiciar o encontro com as diferenças e com o mundo para além da moral das famílias e grupos religiosos. A escola é atacada por ser um lugar “perigoso”, no qual o encontro com os outros pode revelar as próprias contradições da sociedade em que vivemos (FRIGOTTO, 2017). Inclusive grupos diretamente ligados à privatização dos espaços e aparelhos públicos enxergam aqui um espaço extremamente oportuno nesse processo de desqualificação do espaço escolar que, em última instância, vem trazer a própria destruição do direito à educação, sobretudo à educação pública (SILVA, 2021).

Perseguição e cerceamento docente: o professor crítico como inimigo público

Todavia, é a partir de 2011, momento em que vemos se iniciar uma grande escalada do discurso conservador no Brasil que ganhará as redes sociais e causará profunda comoção nacional nos anos posteriores, que o Escola Sem Partido encontra terreno fértil para se destacar e se propagar enquanto movimento que defende, sobretudo, o modelo familiar dito tradicional e os valores religiosos cristãos dentro do espaço escolar, criminalizando qualquer forma de questionamento à sociedade capitalista patriarcal, conservadora e neoliberal em que vivemos. Temos aqui, entre outros aspectos, um evidente ataque às políticas de igualdade de gênero que até então vinham se consolidando (RESENDE; FARIA, 2023) e a crítica ao que os conservadores denominaram então “ideologia de gênero”, ou seja, ao conjunto de políticas públicas que então pretendiam questionar, por exemplo, a homofobia e as desigualdades de gênero que atravessam a história da sociedade brasileira. No campo das políticas educacionais, especificamente, vale destacar que:

[...] Em 2013, a ofensiva nesse campo concentrou-se nas questões relativas ao Plano Nacional de Educação. Liderada por Jair Bolsonaro, a discussão sobre a “ideologia de gênero” nas escolas ganhou volume, levando à vitória dos conservadores em uma batalha contra a inclusão das propostas relativas ao gênero no Plano Nacional de Educação (PNE). (RESENDE; FARIA, 2023, p. 02)

Uma sequência de acontecimentos vai se sucedendo de forma que, com a ampliação cada vez maior de organizações e grupos reacionários defendendo abertamente princípios ultraconservadores e ultraliberais, isso chega a própria classe trabalhadora que, em boa medida, passa a ter aderência a isso. Nesse aspecto, Silva (2021) realiza uma importante pesquisa na qual, a partir de conceitos centrais de Gramsci, tenta compreender como o Escola Sem Partido, em suas estratégias pela busca por hegemonia, irá criar estratégias nas quais os possíveis consensos estarão permeados por censura, medo e constrangimento.

O discurso conservador e a suposta luta por valores em prol dos “cidadãos de bem” (entenda-se, representantes das ideologias conservadoras e retrogradadas) irão transformar não somente a arena política, mas toda rede de relações sociais cotidianas das brasileiras e brasileiros numa verdadeira “trincheira de guerra de valores” na qual os avanços civilizatórios outrora conquistados, sobretudo na década anterior (ligados a avanços nas políticas de gênero, de diversidade sexual e de políticas favoráveis a

equidade social), serão fortemente atacados. Como enumera Rodrigues (2021) entre as conquistas progressistas podemos enumerar:

Liberdades democráticas, direitos civis, direitos sexuais e reprodutivos, liberdade de orientação sexual e de gênero, laicidade do Estado, liberdade de crença, igualdade entre mulheres e homens, igualdade racial, proteção do meio ambiente, pluralidade, cultura livre, garantia dos direitos humanos, liberdade de expressão, reunião e associação, cultura de paz (desarmamento), enfrentamento do racismo estrutural, do machismo e da discriminação a LGBTs. (p. 12)

Um dos mais emblemáticos episódios foi o golpe midiático a então presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff. Em meio a uma articulação de interesses privatistas e grupos conservadores de direita, centro-direita e ultradireita que representam principalmente os interesses próprios e apoiam explicitamente os objetivos do grande capital financeiro, numa união que aglutina também líderes religiosos fundamentalistas e uma fração importante do alto escalão militar, herdeiros do golpe militar de 1964, entre outros, veremos a instauração do golpe acontecer claramente aos nossos olhos, transmitido ao vivo em tom quase circense, zombando das próprias instituições democráticas brasileiras. Como analisa a própria Dilma Rousseff (2021):

O golpe de 2016, desencadeado para acessar o controle do aparelho de Estado no Brasil e, assim, fazer as reformas neoliberais, teve como seus principais objetivos a exclusão política das massas populares e de sua representação – o Partido dos Trabalhadores. Aliás, o antipetismo substituiu o anticomunismo como o inimigo interno preferencial. Ao mesmo tempo, o golpe buscava estabelecer a hegemonia incondicional do grande capital financeiro, com toda sua pauta neoliberal. Já a fração de classe do partido militar queria e obteve o controle do alto escalão do Estado que, especificamente, está entregue à alta oficialidade da reserva e da ativa do Exército. (ROUSSEFF, 2021, p. 27)

Frigotto (2017) ressalta que este golpe revela as faces mais perversas do atual sistema neoliberal que estabelece alianças de com várias instâncias de poder, incluindo instituições econômicas, jurídicas e religiosas, na busca de um consenso que leva a hegemonia de tais grupos conservadores, tendo em vista que:

O que sustenta a violência do golpe se apresenta numa esfinge aparentemente menos voraz, a saber: um sistema jurídico parcial e alinhado predominantemente não na defesa da justiça, mas da lei produzida pela classe detentora do capital; um parlamento construído pelo poder econômico, no qual se inclui hoje o mercado religioso que explora a boa-fé, especialmente dos setores mais pobres, estes mantidos na ignorância pela negação da escola básica e pelo monopólio das corporações da mídia empresarial martelando e moendo os cérebros na construção de “verdades” que interessam às forças autoras do golpe (FRIGOTTO, 2017, p. 30)

Como analisa Frigotto (2017), o Escola Sem Partido significa, antes de qualquer coisa, uma estratégia política de convencimento popular pautada no ódio as diferenças e na negação da pluralidade. Este ódio, transformado em perseguição e negação do diferente, produz uma atmosfera semelhante à vivida com os horrores vividos no nazismo e no fascismo. Por trás de uma suposta neutralidade que na verdade é uma máscara ideológica manipulada e manipulável, temos aqui a negação da própria razão e do saber científico, que fundam a própria educação moderna, levando em conta que:

O Escola Sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência do conhecimento válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha de conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente neutra. Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos serem idiotas manipulados (FRIGOTTO, 2017, p. 29).

Nesse aspecto ainda, Silva (2021) destaca o impacto de todo este movimento neoconservador nas políticas educacionais causando profundo impacto nos planos municipais e estaduais de educação:

Os impacto desse movimento neoconservador para a educação são inúmeros e, entre eles, podemos destacar, no ano de 2014, o veto que acompanhou o Plano Nacional de educação 2014-2024, Lei n.º 13.005/2014, em especial no que tange as temáticas de gênero e sexualidade sendo esta articulação “[...] concatenada em mais de uma centena de municípios para a retirada desses termos nos Planos Municipais de Educação e Planos Estaduais, em 2015, já demonstrava uma articulação conservadora que parece ter surpreendido setores e organizações sociais que historicamente se posicionaram e alcançaram conquistas, ainda que por vezes tímidas, no tocante à igualdade de gênero, raça e diversidade (SILVA, 2021, p. 14).

Como explicitam Machado e Silva (2025), em um trabalho onde analisam os 20 anos do Escola Sem Partido, este movimento se inicia no denunciismo e perseguição aos docentes defensores de uma educação emancipatória e progressista, porém vai além disso: torna-se um articulador estratégico na construção e fomento de princípios ultraconservadores nas políticas educacionais, influenciando dezenas de projetos de leis debates e aprovados nos mais diferentes Estados e municípios brasileiros, além de influenciar nos currículos e materiais didáticos, sempre na perspectiva de seu controle ideológico e em mecanismos de vigilância. Desse modo:

Os modelos e a visibilidade do movimento levaram à difusão de inúmeros projetos de lei em todos os níveis legislativos do país. Embora as leis diferissem entre si, seus conteúdos eram – e ainda o são – marcados pela similaridade com o Programa Escola ‘Sem Partido’, caracterizando-se pela prática da censura e pelo conteúdo voltado às questões de identidade de gênero e sexualidade, bem como à ideologia político-partidária [...] (MACHADO; SILVA, 2025, p. 1128).

Assim, os princípios básicos do Escola Sem Partido - baseados na imposição de uma ideologia conservadora e reacionária e, consequente, a perseguição e o linchamento moral aos docentes que venham a questioná-la - ainda estão vivos e seu lastro político encontra-se principalmente nas casas legislativas brasileiras (em nível municipal e estadual) onde a extrema direita conseguiu eleger uma bancada significativa e tem grande poder de persuasão.

Considerações finais

Em relação ao trabalho dos docentes, que são intelectuais que trabalham diretamente na produção de ideias que dão sustentação as redes de sociabilidades, o Escola Sem Partido, vendo sua função estratégica na teia social, procura controlá-lo pelo medo. As políticas de educação seriam pautadas sobretudo a partir do controle, da produção coletiva de uma política do medo e da vigilância coletivas. Na página oficial do movimento encontramos várias ferramentas para denunciar professores pretensamente “comunistas” e que fazem qualquer tipo de questionamento ou problematização dos ideais cristãos e conservadores (SILVA, 2021). Ou seja, para retirar a liberdade docente (que pode levar a um questionamento maior da própria sociedade), produz-se uma pedagogia do terror na qual, como analisa Frigotto (2017):

O que propugna o Escola Sem Partido não liquida somente a função docente, no que a define substantivamente e que não se reduz a ensinar o que está em manuais ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores. A função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar. Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos. A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores (FRIGOTTO, 2017, p. 31)

Dessa forma, partindo do argumento de estar combatendo uma pretensa doutrinação ideológica nas escolas brasileiras o movimento Escola Sem Partido opera enquanto aparelho repressor atacando abertamente aquele espaço que historicamente é

tão importante para a produção do diálogo e do convívio com as diferenças. Como assinala Silva (2021), em seu aspecto político-ideológico o Escola Sem Partido traz o descontentamento de setores extremamente conservadores das classes dominantes - e também das classes médias brasileiras que, como vemos em Chauí (2013) são profundamente reacionárias – como uma forma de resposta ao próprio descontentamento em relações a conquistas no campo progressista que vinham se dando sobretudo a partir do processo de redemocratização no final do século XX. Impulsionada sobretudo por setores fundamentalistas religiosos que se aliam aos interesses do capital financeiro, as perseguições assumem um caráter moralista que nega a ciência e o pensamento racional e tem verdadeira ojeriza a qualquer questionamento das estruturas patriarcais, racistas, machistas e segregadoras tão próprias de uma sociedade capitalista dividida em classes que não somente naturaliza a desigualdade quanto procura também justificá-la. Existe aqui uma profunda inversão da própria realidade e, como afirma Silva (2021), a própria tese central do Escola Sem Partido “[...] implica que a interpretação válida da ciência é aquela que convém à classe social detentora do poder, colocam-se em curso inversões referentes à função docente e à função da própria educação pública [...]” (SILVA, 2021, p. 179).

Dessa maneira, concluímos que discorrer sobre o atual autoritarismo neoconservador (e pensando o movimento escola sem partido como um de seus efeitos) no Brasil e no mundo é retornar às lutas e tensões em torno da dominação e da luta de classes. O neoconservadorismo explicita cada vez mais isso e a atuação violenta de aparelhos privados de hegemonia adentrando nos espaços escolares, tentando desqualificar o espaço público, perseguir docentes e usá-lo para interesses privativos a partir de uma lógica de controle moral (ou melhor, moralista) revela as novas (velhas) táticas de um capitalismo que tenta frear qualquer formação crítica que possa levar ao seu próprio questionamento enquanto sistema opressor e nocivo a existência humana.

Referencias

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações Ideológicas do Autoritarismo Brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FORTI, Valeria; CUNHA, A. D.; PEQUENO, L. F. **Serviço Social, Projeto Profissional e Neoconservadorismo**: reflexões acerca da formação e do cotidiano profissionais. In: Valeria Forti; Juliana Menezes; André Menezes. (Org.). **Neoconservadorismo e Serviço Social: reflexões, polêmicas e questões atuais**. 1ed.Fortaleza- Ceará: Editora da UECE, 2024, v. 1, p. 29-62.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A gênese das teses do Escola Sem Partido**: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In. FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Escola ‘sem’ partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 17-34.

LUCAS, John. **Chega! Conheça o partido de direita que ampliou seu espaço e rompeu o “bipartidarismo” em Portugal**. Gazeta do Povo. Disponível em:<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/chega-conheca-o-partido-de-direita-que-conquistou-espaco-e-rompeu-o-bipartidarismo-em-portugal/>. Acesso em: 12 mai. 2026.

MENÉNDEZ, Millán Arroyo. **As causas do apoio eleitoral a Vox na Espanha**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 15, n.2, p. 74-106, maio-ago. 2021. Disponível em:<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/110740/64242>. Acesso em: 12 mai. 2026.

MACHADO, Robson; SILVA, Régis Henrique dos Reis. **Conservadorismo na educação brasileira: os vinte anos do movimento “Escola Sem Partido” e os motivos para “descomemorar”**. Revista Retratos da escola, v. 19, p. 1121-1140, 2025.

MASCARENHAS, Aline Daiane Nunes; SILVA, Aida Maria Monteiro. **Didática e projeto educacional vigiados: reconversão colonial na escola cívico-militar - uma afronta aos direitos humanos**. XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020). Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/7485-TEXT0_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 23 fev. 2026.

O GLOBO. **Tea Party surgiu em 2009, protestando contra gastos sociais do governo dos EUA**. Disponível em:<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/tea-party-surgiu-em-2009-protestando-contragastos-sociais-do-governo-dos-eua-10699887>. Acesso em: 12mai. 2026.

RESENDE, Marcos Paulo dias Leite; FARIA, Cláudia Reres. **Despublicização e resistência contra o “Escola Sem Partido” na Câmara dos Deputados**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 1, p. 1-40, 2023.

RODRIGUES, Julian. **Neofascismo mais neoliberalismo: o bolsonarismo não é nuvem passageira.** Fascismo ontem e hoje. RODRIGUES, Julian; FERREIRA, Fernando Sarti. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: 2021.

ROUSSEFF, Dilma. **Fascismo, ditadura militar e o legado da escravidão.** Fascismo ontem e hoje. RODRIGUES, Julian; FERREIRA, Fernando Sarti. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: 2021.

ROBAINA, Roberto. **A ascensão da extrema e o freio de emergência.** Porto Alegre: editora Movimento, 2025.

SAFATLER, Vladimir. **A ameaça Interna: psicanálise dos novos fascismos.** São Paulo: Ubu Editora, 2026. Coleção Explosante.

SILVA, Luana Pommé Ferreira da. **Escola Sem Partido - estratégia para a construção de consenso ou censura?** Um estudo em Alagoas. Dissertação em educação. SP:USP. 2021.